

A GUERRA: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

Almir de Oliveira

Sumário

1. A guerra como fenômeno biológico, social e jurídico. 2. As causas da guerra. 3. As conseqüências da guerra. 3.1. Tecnológicas: antes da deflagração – aprimoramento tecnológico acelerado, visando à guerra; depois da deflagração – aplicação de novas tecnologias com finalidades pacíficas; ciências aplicadas; engenharia; transportes; medicina; cirurgia. 3.2. Econômicas: a) demográficas; b) na produção e consumo de bens; c) nas finanças públicas e particulares. 3.3 Políticas: a) territoriais; b) institucionais. 3.4. Militares: a) positivas – aperfeiçoamento do material, da tática e da estratégia; intensificação do sentido da camaradagem e da solidariedade da classe; b) negativas – as mutilações; as perturbações psíquicas; as baixas. 3.5. Psicossociais: sobre os costumes em geral; sobre a vida sexual; sobre a religião; sobre a psicologia social. 4. Conclusão.

1. A Guerra como fenômeno biológico, social e jurídico.

Nenhum fenômeno social terá impressionado o espírito do homem tanto quanto a guerra. Da Antiguidade aos nossos dias, em todos os quadrantes da terra, onde haja medrado a civilização e onde o homem tenha dedicado um momento à observação e à meditação sobre os fatos humanos, a guerra foi objeto de suas cogitações e de sua palavra.

Poetas enalteceram-na, movidos pela valentia dos combatentes, ou lastimaram-na, sensibilizados pela sua crueldade. Escultores talharam-lhe monumentos para glorificar-lhe os grandes chefes, ou os bravos batalhadores. Pintores largaram nas telas e nos murais o retrato de batalhas famosas e de guerreiros insignes. Músicos compuseram canções, hinos e sinfonias, com o que exaltaram soldados desconhecidos e generais eminentes. Romancistas e teatrólogos escreveram dramas, tragédias e comédias com o material terrível dos campos de batalha. Teólogos buscaram explicá-la à luz das doutrinas que relacionam Deus com os homens. Filósofos procuraram-lhe o sentido nas profundezas da natureza humana. Naturalistas investigaram-lhe as raízes biológicas e estudaram-na como fenômeno da vida animal. Sociólogos indagaram-lhe as causas e as conseqüências nas relações da vida social. Historiadores encheram páginas numerosas com o relato e a interpretação dos acontecimentos bélicos. Políticos usaram a guerra como instrumento de suas aspirações. Militares

trataram-na como arte e, como técnica, deram-lhe doutrinas e fizeram dela profissão regular com foros de dignidade. Juristas definiram-na como ato jurídico, doutrinaram sobre seus efeitos nas relações interestatais e deram-lhe normas, visando a contê-la em certos limites. O homem divinizou-a e execrou-a, mas, sobretudo, sofreu-a no decorrer das idades.

A presença da guerra na sociedade humana, desde os mais remotos grupamentos sociais, até os mais desenvolvidos no quadro da civilização, autoriza-nos a parodiar o velho aforismo jurídico e a afirmar: **ubi societas, ibi bellum**. Sua permanência na história de todos os povos mostra-a como fenômeno natural, próprio do homem como ser social, e parece definir a espécie humana como belicosa por natureza.

Não foi à toa que SPENGLER afirmou ser o homem um “esplêndido animal de rapina”, “que vive de atacar, de matar, de destruir”, e que JEFFERSON anotava, espantado, não se lembrar de família alguma, no reino animal, que se empregasse, como o homem, constante e sistematicamente, na própria destruição.

Afirmou Julian HUXLEY, durante a última conflagração mundial, que “a guerra não é uma lei geral da vida, mas, um fenômeno biológico extremamente raro”, ocorrente apenas entre os homens e as formigas coletoras das regiões áridas”. Isto serve simplesmente para dar maior ênfase à conceituação da guerra como fenômeno natural, próprio do homem, e, para nosso desencanto, de algumas formigas... Diz o mesmo cientista que a guerra está sempre ligada à questão da propriedade e aos direitos territoriais, o que só se verifica entre os homens e as ditas formigas. Mas, tratando da tese darwiniana, que dá a guerra como forma de luta pela vida, de que resulta a seleção natural da espécie humana, pela sobrevivência do mais forte, o biólogo britânico põe em dúvida a verdade dessa “seleção natural”, de sua utilidade e eficácia para a melhoria da espécie. Textualmente: “Em primeiro lugar, é evidente que a guerra constitui um exemplo de competência intra-específica, de um conflito físico entre grupos da mesma espécie. Como tal, pode ser não somente inútil, mas igualmente danoso para o conjunto da espécie”. Adiante, abre uma clareira de esperança para afirmar que a guerra não é um fenômeno inevitável da vida humana, porque “se produz em determinadas circunstâncias e não se produz em outras”. Uma afirmativa de HUXLEY, entretanto, foge à realidade: a que dá a guerra como ausente do seio da humanidade pré-histórica. O que se sabe da vida dos povos selvagens, ainda hoje existentes e a viverem na pré-história, atesta que a guerra não é um fenômeno raro entre eles. Por isto, podemos afirmar que ela tem sido uma constante na vida da humanidade, como dissemos no início, fundado no exemplo de recíproca destruição, que nos oferecem as tribos americanas. Embora Arthur NUSSBAUM observe que dentre essas tribos primitivas “algumas não chegaram à noção de luta coletiva e organizada, tal como se

caracteriza a guerra, enquanto outras vivem em permanente estado de alerta ou latente hostilidade com as tribos vizinhas”, o indiscutível é que, entre todas elas, a luta pelo extermínio ou pela dominação de um grupo por outro sempre se praticou e se pratica ainda.

Não foi, pois, infundadamente, que o padre BRUCCULERI, S. J. asseverou ser a guerra “uma das manifestações mais características da luta inerente à vida” e que Bertrand RUSSELL — embora campeão do pacifismo — não vacilou em dizer que “a guerra, em si mesma, é uma realização de parte de nossa natureza”. Não creio possa dizer-se com Joseph DE MAISTRE, no seu entusiasmo pela guerra, que ela seja “o estado habitual do gênero humano”, cujo sangue, a seu ver, “deve escoar ininterruptamente sobre a terra, aqui ou alhures”, como uma fatalidade irremediável. Mas, talvez não falte razão a Émile FAGUET para asseverar que “a humanidade é constituída de tal modo, que traz, por assim dizer, a guerra no seu íntimo”.

Essa conceituação da guerra como fenômeno natural da espécie humana é antiga. Hugo GRÓCIO buscou a opinião de escritores eminentes do mundo clássico para demonstrar, com eles, que “entre os primeiros princípios da natureza, não há nada que se oponha à guerra, mas, ao contrário, todos a favorecem; já porque o fim da guerra — a conservação da vida e dos membros e a retenção ou a aquisição de coisas úteis para ela — está muitíssimo conforme com esses princípios naturais; já porque o uso da força para isso, se necessário, nada tem de contrário aos primeiros princípios naturais, posto que a natureza dotou cada um dos animais de forças que lhes permitam defender-se e ajudar-se.” O jurista holandês mostra que ARISTÓTELES, PLÍNIO, XENOFONTE, CÍCERO, ULPIANO e outros pensadores da Antiguidade convergem no mesmo conceito da guerra como fenômeno natural.

Que é, porém, esse fenômeno impressionante, que todos consideram conforme com a natureza humana, próprio de nossa espécie, filho legítimo da sociedade dos homens ?

O citado biólogo britânico oferece-nos esta definição, desde logo procurando distinguir a guerra de toda e qualquer outra forma de conflito ou disputa: “A guerra não é a mesma coisa que um conflito ou matança. Significa algo muito definido: um choque físico organizado entre grupos de uma mesma espécie. As disputas individuais entre membros da mesma espécie não são guerras, embora nelas haja derramamento de sangue e morte.” De imediato, há que distinguir entre a guerra e os demais tipos de conflitos humanos, entre ela e os demais choques físicos de grupos da espécie humana: a guerra contém o sentido de **organização** para a luta armada, o que implica a existência de um **objetivo** e de uma **técnica**.

Com essa conceituação biológica de guerra confere sua noção sociológica, oferecida por Charles J. BUSHELL, nesses termos: “Luta

armada entre massas humanas organizadas que se consideram soberanas politicamente e, do ponto de vista ético, autorizadas a fazer valerem seus direitos pela força, direitos que, segundo eles, não são reconhecidos por seus adversários armados.”

Tanto na definição biológica, dada por HUXLEY, quanto na sociológica, oferecida por BUSHELL, a idéia de **organização** está presente como elemento definidor da guerra, aparecendo na segunda elementos subjetivos representados pela idéia de **soberania do grupo** e pela de um **direito** a ser defendido ou conquistado pela força.

É com essas características de luta organizada entre grupos humanos convictos de sua soberania e imbuídos da certeza de um direito, ou movidos por forte necessidade, que a guerra existe desde os albores da sociedade humana, antecipando-se à História. E tem-se repetido de tal sorte, no tempo e no espaço, entre povos da mais diversa formação cultural, que induz à certeza generalizada da impossibilidade de seu definitivo banimento da face da terra.

Fenômeno biologicamente raro, mas constante na vida de todos os povos, ganhou ela o conceito de acontecimento natural, concorde com a própria natureza do homem, desta mesma decorrente e intimamente ligada à essência da sociedade.

Assim deve ser vista, aceita, estudada, como problema humano dos mais graves, para, sob tal conceito, tentar-se sua solução, pois nem mesmo teólogos da envergadura de Sto. AGOSTINHO lhe negaram legitimidade, mas legitimaram-na como meio de obter-se a paz. Na “Cidade de Deus”, lê-se que “com intenção da paz se sustenta também a guerra”, porque “a paz é o desejado fim da guerra”.

Que a guerra é procedimento lícito e autorizado por várias passagens dos Evangelhos, afirma-o o padre Francisco VITÓRIA, para concluir incisivamente: “é lícito aos cristãos fazer a guerra.” Também o padre Francisco SUAREZ considerou a guerra expediente legítimo para dirimir contendas entre Estados, no caso de violação de direitos ou de ameaça de vida de um Estado por outro, dada a impossibilidade, nesses casos, de uma “appellatio”, que é “actus inferioris ad superiorem”, pela inexistência da autoridade superior aos Estados.

Ao espírito do jurista, a guerra aparece como fenômeno social a exigir conceituação e definição à luz da Ciência do Direito. Ocorre-lhe o problema da legitimidade. Interessa-lhe a questão das normas que a devam regular e dos seus efeitos jurídicos, tanto entre os Estados quanto entre os indivíduos.

A definição de **luta armada entre dois Estados, que procuram, pela força, resolver uma questão que não puderam solucionar pacificamente**, é a corrente e parece dizer de modo claro, e a contento do Direito, o que é a guerra.

Para o Conselheiro LAFAYETTE, nenhuma definição será completa sem a referência ao objetivo: “deve exprimir o fato e a sua intenção jurídica”.

A definição dada atende a tais requisitos: dá o fato — “luta armada entre dois ou mais Estados”, e sua intenção jurídica — “resolver uma questão que não puderam solucionar pacificamente”.

Há quem negue à guerra a qualidade de instância jurídica, pela razão de ser a força a base da decisão.

Seja como for, ela decide uma disputa em torno de um direito, ou de uma pretensão. Pouco importa seja injusta a decisão resultante do poder do mais forte. As instâncias judiciais sóem ser também injustas nos seus vereditos. Por vários motivos. Nem por isto deixam de ser instâncias, universalmente reconhecidas como tais.

Juridicamente considerada, a guerra é um modo de resolver os litígios entre Estados. Um terrível modo — “a terrible litigation”, no dizer de PHILLIMORE. Pode ser representada pelo gesto de ALEXANDRE diante do nó górdio: é o argumento da força física onde falhou o engenho, onde malogrou a razão, onde dominou o instinto, onde não coube a paciência, onde não entrou a boa fé e de onde desertou a compreensão.

2. As causas da guerra

Quem percorre a literatura sobre a guerra depara com um variado número de explicações das suas causas. Alguns autores consideram o fenômeno na superfície e contentam-se com apontar-lhe as causas aparentes, ou ostensivas: as disputas econômicas, políticas e religiosas. Outros enveredam pelo caminho da indagação filosófica, ou sociológica, ou científica: vão ao caráter da guerra e sua natureza íntima, com o que procuram explicar seu aparecimento nas relações internacionais.

Dentre os primeiros, encontraremos dificuldades às vezes invencíveis, pois nem sempre é fácil determinar a natureza da principal causa, ou da causa aparente de tal ou qual guerra.

Em geral, a guerra é deflagrada sob um complexo de alegações e pretextos, que, na sua maioria, apenas buscam ocultar a razão verdadeira do conflito.

Sem aderir ao determinismo econômico de certa corrente marxista, será difícil recusarmos a presença do fator econômico no preparo

e no desenvolvimento das guerras. Aquelas que se fizeram sob a bandeira de uma crença religiosa, como as do Islamismo e as Cruzadas, não ficaram isentas da influência dos interesses econômicos.

As causas políticas mal escondem os motivos econômicos, porque, em assuntos políticos de maior envergadura, como os que levam os povos à guerra, o fator econômico atua tão fortemente, que não pode ser disfarçado. Desta sorte, é difícil distinguir uma guerra econômica de uma política. Quando Roma investiu sobre Cartago, fê-lo em nome de tudo, menos da economia, que lhe estava latente. Era uma guerra propalada contra Moloch, em favor da segurança de Roma etc., menos contra a concorrente comercial na Sicília e jamais com o fim de dominar as terras norte-africanas. Não foi somente pela liberdade do Santo Sepulcro que os reis europeus se fizeram cruzados e marcharam sobre a Terra Santa, mas, também, porque o comércio com o Oriente Médio e a Índia estava nas mãos dos muçulmanos. As grandes guerras dinásticas da Idade Moderna, como a das Duas Rosas, a dos Trinta Anos, tinham um caráter político declarado, mas a política definida era a do domínio de fontes de riqueza européia pelas casas reais em luta. A Primeira Guerra Mundial foi a luta pelos mercados do mundo entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e seus aliados. A segunda, mera continuação da primeira, uma guerra pelo domínio econômico, pelo "espaço vital" pretendido pela Alemanha, embora os litigantes alegassem menos isso do que razões mais aptas a sensibilizar os respectivos povos. É ver, no entanto, os resultados da cartografia do mundo e compreender. Os promotores desses conflitos, e os que neles se envolveram, todavia, têm repetido a farsa de Roma: guerream em nome de princípios nobres, altos princípios, em nome da civilização. É verdade que muitos vão à guerra convencidos desses princípios, e de envolta com os interesses econômicos, têm defendido a civilização contra certas forças barbarizantes, como o nazismo. E, se amanhã — Deus nos livre disto — abrir-se uma nova trincheira entre a civilização ocidental e a oriental, cada um de nós, daqui e de lá, estará defendendo a **sua civilização**. Na verdade, estará lutando pelo domínio dos mercados, que Oriente e Ocidente cobiçam. Mas, nós diremos que defendemos a **civilização ocidental e cristã, as liberdades fundamentais do homem, os princípios da democracia contra a barbárie soviética e o materialismo grosseiro, a escravidão do homem pelo Estado totalitário**. E eles nos contradirão, dizendo que lutam **contra a opressão capitalista, a exploração do homem pelo homem, o imperialismo belicista e colonizador, em favor das massas operárias oprimidas, contra o obscurantismo religioso, pela libertação dos povos de todo o mundo**.

Aqueles que têm indagado sobre as causas da guerra, desprezando essas razões aparentes ou ostensivas, afirma, como Bertrand RUSSEL, que "ela nasce antes de um impulso, do que de um cálculo sobre

as vantagens que dela advirão”. Porque, diz ele noutro passo, “ao lado das forças conscientes e deliberadas que levam à guerra, há sentimentos inarticulados no homem comum, o qual, na maioria dos países civilizados, está sempre pronto a arder em febre guerreira ao chamado dos estadistas”. Adiante, o filósofo britânico, que experimentou horas amargas, devidas ao seu pacifismo impenitente, escreveu: “O motivo fundamental, de que a guerra decorre, não é econômico ou político, nem repousa sobre qualquer dificuldade mecânica de inventar meios para a solução pacífica das disputas internacionais. É, isto sim, o fato de que a grande proporção da humanidade tem antes um impulso ao conflito, do que à harmonia, e apenas pode ser levada a cooperar com outros para resistir ou atacar a um inimigo comum”. Como se vê, o filósofo inglês assenta seu juízo na base de uma observação da psicologia do homem e da sociedade, e, coerente com o seu conceito de guerra, atribui à própria natureza humana a causa fundamental do fenômeno bélico. Para ele, o homem guerreará sempre que for a isso convidado em termos assaz adequados. Basta lhe sejam despertadas as paixões, provocado seu instinto belicoso. Basta lhe falem no patriotismo, no orgulho nacional, ou lhe ofereçam motivos ideológicos capazes de inflamar-lhe o espírito. E ele marchará ao som das bandas marciais para sucumbir ao das metralhas inimigas. Mandará seus filhos e exultará por poder dizer que ofereceu à Pátria o tributo de seu sangue ! Por isto, serão baldados todos os apelos à vida pacífica sobre a terra. O homem não os ouvirá, não os compreenderá, sempre que suas paixões forem habilmente exploradas pelos dirigentes com o fim de lançá-lo na voragem de Marte, em defesa de interesses de alguns. Eis a conclusão melancólica a que se chega em face das palavras de RUSSELL, que, apesar delas, já aos 90 anos de idade, ainda dirigia ao mundo angustiado mensagens de paz.

Outra explicação, esta de caráter moral, é a que oferece W. C. BULLIT: “A guerra — diz ele — é sintoma e não causa da enfermidade moral do gênero humano. A causa é que os homens ainda não aprenderam a basear suas relações na verdade segundo a qual cada homem tem um dever infinito a cumprir para com os seus congêneres de todas as raças, de todas as nações e de todos os credos”. Adoecido moralmente, esquecido de seus deveres morais para com seu semelhante, o homem engaja nos exércitos, vai à guerra. A razão não importa: para defender a civilização, a liberdade, a raça, a religião, a independência da Pátria, a riqueza nacional, a integridade territorial do País, a soberania do povo etc., ou para conquistar novos mercados, assegurar os conquistados, engrandecer o império, glorificar a Nação.

Outro, que dá à guerra causas de ordem moral é H. M. WRISTON, para quem a guerra sucede, à paz, não a destrói: “A paz — acentua ele — ficou destruída antes que sobreviesse a guerra. A razão

fracassou, a justiça foi abandonada, a moral desintegrou-se antes que se recorresse à força. A guerra não é a causa do fracasso da paz, é antes a consequência desse fracasso". Há um processo, segundo WRISTON, de decomposição moral, que precede a guerra. Esse processo liquida o estado de paz e enseja a luta armada. Perdidos o comando da razão, o senso de justiça e a inteireza moral no trato dos negócios internacionais, a guerra vem como resultado, seja qual for o motivo, porque o instinto se liberta dessas peias, o homem atua como animal, como o "esplêndido animal de rapina" de SPENGLER.

Ninguém poderá negar razão a todos esses que examinam o fenômeno da guerra e lhe dão tais ou quais fundamentos, essas ou aquelas causas superficiais ou profundas. As posições dos escritores citados está ligada à conceituação da guerra como fenômeno natural. Em última análise, todos estão convencidos de que o homem guerreia porque é um animal que tem inato o germe da disputa. E disputará sempre, sob várias modalidades, por vários motivos ou interesses, usando os processos que sua inteligência lhe puser ao alcance.

Não será preciso, entretanto, negar-lhes razão para concluir com Emery REVES, para quem a guerra é, afinal, o resultado da ausência de uma autoridade superior aos contendores, uma autoridade capaz de impor-lhes normas reguladoras das respectivas relações e de submeter-lhes as divergências ao regime de decisão de tribunais instituídos para operar acima dos interesses nacionais, visando apenas à paz baseada no Direito e na Justiça, e cujas decisões se façam cumprir, do mesmo modo, pelo qual se cumprem as decisões dos tribunais dos Estados na ordem interna, sob a garantia da força física mantida por estes a serviço do Direito.

O arguto escritor de "Anatomia da Paz" demonstra que a guerra sempre ocorreu "quando e onde quer que unidades sociais não integradas, sendo igualmente soberanas, entrem em contato". De fato, assim tem sido. A História ensina-nos que, sempre que essas unidades perdem sua soberania para outra politicamente mais forte, que as coordene, deixam de guerrear-se. Exemplo típico é o das cidades-estados helênicas: soberanas, bateram-se umas com as outras numa luta constante pela hegemonia, até que as unificou o poder militar e político de Alexandre. Hoje, será impossível pensar-se numa guerra entre Esparta e Atenas, meras unidades não-soberanas de um todo soberano, que é o Estado grego. Outro exemplo é o das cidades italianas da Idade Média e do Renascimento, antes tão inimigas e desejosas de destruírem-se reciprocamente e hoje submetidas ao poder único do Estado italiano. Por isto afirma com acerto Emery REVES: "As guerras sempre desapareciam quando uma unidade superior estabelecia sua própria soberania, absorvendo a soberania dos grupos sociais menores em conflito. Depois dessas transferências de soberania, seguia-se um período de paz, que apenas

durava até que as novas unidades soberanas entrassem em contato". Caso típico, ainda, o dos reinos ibéricos, que se moveram guerras até o momento em que foram unificados sob a soberania da Espanha. Também o dos reinos e grão-ducados alemães, que viveram em demoradas guerras, como a dos Trinta Anos, até o instante em que a espada de BISMARCK lhes impôs a soberania de um Estado alemão único.

É impossível discordar do autor de "Um Manifesto Democrático". A História de todos os povos dá-lhe razão. Fundado nos exemplos históricos conhecidos, Emery REVES conclui: "1 — As guerras entre grupos humanos formando unidades sociais sempre ocorreram quando essas unidades — tribos, dinastias, igrejas, cidades, nações — exercem um poder soberano irrestrito. 2 — As guerras entre essas unidades sociais cessam no momento em que o poder soberano é transferido para uma unidade maior ou superior".

Estas observações e conclusões de Emery REVES remetem-nos imediatamente à definição sociológica de guerra, dada por BUSHELL, que menciona a idéia de soberania dos grupos em conflito como um dos elementos do conceito de guerra. Se esses grupos não estão ciosos de sua soberania, e convictos de que ela lhes possibilita livre deliberação, não se guerrearão. Se, acima deles houver poder superior, que lhes impeça a ação bélica, encaminharão o problema à solução em termos pacíficos: ou voluntariamente, ou compelidos pela força desse poder superior.

Não pensa de modo diferente o biólogo HUXLEY, já citado, quando afirma que "não há obstáculo teórico à abolição da guerra", e que "o primeiro passo necessário é a classe acertada de organização internacional capaz de estabelecer "sanções contra os agressores, a reconciliação pacífica dos interesses nacionais em um sistema cooperativo internacional, uma força policial internacional".

Convencido, de certo, também disto, o padre BRUCCULLERI S. J. escreve: "As nações lutarão sempre entre si, porque haverá sempre divergências de interesses e de idéias: mas a forma cruenta dessas lutas que não é o único meio nem muito menos, certo, para o triunfo do direito, poderá ser substituído por formas racionalizadas e dignas do homem com a criação de novos quadros políticos".

3. As conseqüências da guerra

Como todo acontecimento social, a guerra produz conseqüências. Por suas peculiaridades e pela constante possibilidade de sua deflagração, suas conseqüências costumam precedê-la. Até mesmo para tentar evitá-la, os povos se preparam para ela, agem em razão dela. Como quem se vacina contra uma doença, inoculam no seu corpo os vírus dessa mesma doença.

Essas conseqüências atingem todos os aspectos da vida humana, compreendendo as atividades tecnológicas, as econômicas, as militares, as políticas, as psicossociais e as artísticas. E isso ocorre não-somente depois de deflagrado o conflito e durante o seu desenvolvimento. Ocorre antes dele, como preparação para ele.

3.1. **Tecnológicas.** O fato a que se convencionou chamar **corrida armamentista** é dos mais expressivos exemplos das conseqüências da guerra na vida da sociedade humana. É fenômeno dos mais antigos e vem de longe o aforismo — **Se vis pacem parabellum**, significando que a manutenção da paz requer constante preparação para a guerra. É que, como se viu anteriormente, todos os Estados são potencialmente adversários que, num dado momento, podem terçar armas em defesa de seus interesses. Assim, cada qual cuida constantemente de preparar-se para a eventualidade de um conflito armado. O mundo de nossos dias está muito marcado por aquilo a que se denominou bipolaridade, isto é, conjuntos de forças políticas, econômicas e militares que se opõem e podem, a qualquer momento, chegar a confronto pelas armas. Daí a intensa atividade tecnológica endereçada a uma guerra provável. É, como nos revela a História, um velho fenômeno, apenas com outros componentes, que lhe foram incorporados no século em vias de encerramento. A Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia são, nos dias de hoje, reprodução ampliada e mais complexa das posições de Roma e Catargo na Antigüidade .

Todo o engenho humano, desde Arquimedes, vem sendo utilizado na invenção e no aperfeiçoamento de armas e instrumentos destinados à guerra. Uma indústria altamente sofisticada é posta ao serviço de novos meios de destruição e de defesa, adaptando à arte da guerra tudo quanto a inventividade humana tem criado. Raro é o instrumento criado para o progresso pacífico, que não tenha sido adaptado e desenvolvido para a guerra. A pólvora, de simples material destinado a espocar os foguetes das festas chinesas, veio a constituir eficaz agente de destruição, aplicada às armas de fogo. E o inocente foguete chinês veio a ser os modernos foguetes teleguiados, com os quais se leva à distância a destruição e a morte. O aeroplano que Santos Dumont inventou por simples espírito desportivo, veio a ser, para desespero seu, outro instrumento de destruição e de morte. O telégrafo, o telefone, o rádio, criados para aproximar os homens, são eficientes equipamentos da guerra contemporânea. O navio, desde a Antigüidade, é usado na guerra, quando é certo que sua utilidade primeira é a de transportar homens e coisas na paz, para o progresso dos povos. O automóvel, de que as antigas carretas e carruagens são os protoavós, veio a ser transformado em carro de assalto e noutros veículos de guerra.

As possibilidades de guerra têm, ao longo dos tempos, desenvolvido técnicas que, depois, são aplicadas à paz. Saliente-se o que

ocorre com os meios de transporte, com a cirurgia e com outros aspectos da medicina, com a física e a química. Orestes ARAÚJO, no seu livro "Sociologia da Guerra", afirma com indiscutível procedência: "A primeira fase importante no progresso da máquina levou-se a cabo devido à introdução da pólvora na Europa Ocidental. A conseqüente fabricação de armas de fogo exigiu o uso do ferro em grande escala, tanto para canhões como para os projéteis em uma oficina manufatureira para a qual eram inadequados os velhos métodos do artesanato. Basta assinalar que, na França, os altos fornos não foram construídos antes de 1850, e em fins desse século existiam já treze fundições dedicadas todas à manufatura de canhões. Em segundo lugar, o fuzil foi o ponto de partida de um novo tipo de máquina geradora de energia: a de um cilindro interno de combustão, primeira forma do motor moderno a gasolina." E não nos esqueçamos de que a tecnologia nuclear teve na guerra seu principal fator de desenvolvimento, antes que a energia atômica viesse a ser empregada para fins pacíficos. Lembremo-nos de que o desenvolvimento da arquitetura e da engenharia de estradas muito deve às preocupações de ordem militar. Tenhamos em conta, ainda, que a conquista do espaço exterior é também fruto de estudos que se desenvolveram para a criação da bomba V-2 de Von Braun, e que a febricitante corrida espacial em que se empenham Estados Unidos e União Soviética não passa de um reflexo da guerra possível entre essas duas superpotências polarizadoras da política mundial.

3.2. **Econômicas.** No plano econômico, a guerra sempre produziu efeitos de grande relevância. Motivo principal dos conflitos armados, a economia recebe deles os influxos de modo permanente. Orestes ARAÚJO, aqui referido, assinala que "os efeitos econômicos da guerra não aparecem apenas depois que ela terminou, mas que se fazem sentir antes da deflagração, no período preparatório da mesma, quando ainda se está em tempo de paz". É que, se observarmos o quanto se tem passado neste mundo e continua a passar-se, verificaremos que a guerra é uma presença constante, ainda mesmo que não se esteja travando nenhum combate, não se estejam deslocando tropas para combater, ainda mesmo que todos os soldados do mundo estejam tranqüilos nos seus quartéis. Principalmente depois que a guerra assumiu, por duas vezes, no curso de uma geração, o caráter de um conflito mundial, sentimos-lhe a presença como força impulsionadora de atividades econômicas. A preparação para a guerra tornou-se rotina industrial rendosíssima no mundo capitalista, mas, desde a Antigüidade, ela é um fato, como demonstrou Richard LHEVELIN em seu livro: "Les profiteurs de la guerre". A hipótese da guerra levou à montagem da grande indústria bélica. Esta, por sua vez, passou a ter interesse em que não se apague do espírito dos povos o fantasma da guerra, pois uma paz permanente lhe será ruínosa. Seu interesse é produzir e vender armas, munições, equipamentos e material logístico, do que resulta sua permanente ação no sentido de manter acesas

as divergências entre os povos. Note-se que não há diferença entre os processos de modernização do material bélico em geral e o de automóveis de passeio, ou de roupas, por exemplo. Há uma verdadeira **moda** em matéria de material destinado às forças militares. Os industriais que se ocupam desse fabrico têm que se manter. Daí a constante introdução de novidades técnicas em todo o instrumental bélico do mundo, novidades que vão obsolescendo o instrumental anterior, que, ou é vendido aos povos menos desenvolvidos, ou simplesmente é vendido como sucata. Há alguns anos, publicou-se nos Estados Unidos um pequeno livro, muito impressionante, que, traduzido no Brasil, recebeu o título — “A paz indesejável”. Por ele se vê que não interessa ao mundo econômico a paz permanente, que tem sido o sonho de filósofos, de estadistas e do homem comum. Esse mundo reúne não só fabricantes de armas e munições, mas, todo um complexo industrial e comercial, que se alimenta da guerra: fabricantes de roupas de toda espécie, de veículos e seus acessórios, de alimentos, de uma variada gama de instrumentos aplicados na prática da guerra. Essa atividade exigiu altíssimos investimentos em dinheiro, compreende um vasto campo de atividades científicas e técnicas, emprega milhões de pessoas em todo o mundo. São capitalistas, operários, engenheiros, técnicos, físicos, químicos, economistas, administradores, advogados, médicos, burocratas, pessoal de serviços subalternos, todo um complexo humano empregado na indústria bélica, dela vivendo em todo o mundo.

Essa indústria pesa na balança orçamentária de todos os Estados, contribuindo, ao mesmo tempo, para a receita, com os tributos que paga, e para a despesa, com o material que vende aos governos respectivos, ao mesmo tempo em que são fontes de divisas, com o que influem no desenvolvimento econômico dos povos.

Em tempo de paz, as forças armadas consomem boa parte do orçamento público para sua manutenção. São gastos com a aquisição, renovação, atualização, conservação e substituição do armamento, do equipamento e da munição, em constante consumo nos exercícios de treinamento; com a alimentação e o fardamento das tropas, de reposição diária; com o consumo de combustíveis; com a construção e a conservação de quartéis e outras instalações; com a burocracia administrativa. Tudo isso exige um gasto considerável de dinheiro público. Nos momentos críticos, que antecipam a deflagração da guerra, esses gastos crescem de volume com mobilização das forças de terra, de mar e do ar. E, se o conflito armado estala, esses gastos aumentam ilimitadamente, porque o esforço é multiplicado, os contingentes crescem de número, o consumo de tudo desmesura.

Em contrapartida, esses gastos militares, em tempo de paz, repercutem na vida econômica também favoravelmente. Consumidores de tudo quanto se disse aqui, as forças armadas estimulam os diversos setores

de atividade produtiva industrial e agropecuária, onde vão buscar todo o material de que precisam para manter-se. A rigor, não há setor de produção que esteja afastado da influência das necessidades militares. Conseqüentemente, toda a vida comercial tem interesses ligados à sustentação das forças armadas, excelentes consumidores. Os militares formam hoje, em todo o mundo, uma categoria profissional permanente, que recebe dos erários públicos os seus vencimentos e contribui para a alimentação do comércio comum, como qualquer outra categoria de trabalhadores.

Tudo isso ocorre sob a influência da guerra, mesmo quando ela, como velho vulcão adormecido, parece ter desaparecido.

Uma vez deflagrada, a guerra abate-se sobre a sociedade com terrível ferocidade. Modifica imediatamente o comportamento coletivo, impondo-lhe rigorosa disciplina no consumo de toda sorte de bens, a partir da alimentação. Em conseqüência, os preços das utilidades aumentam descontroladamente, o mercado negro de bens de consumo desenvolve-se, cresce a inflação, enquanto as fontes de produção sofrem pesados danos, porque os adversários procuram destruí-las para levar a fome um ao outro como meio de abreviar a vitória. Bombardeiam-se fábricas, usinas elétricas, campos de cultura, celeiros, depósitos de víveres, para apressar a destruição física e moral do inimigo e precipitar-lhe a rendição. Os países ocupados têm suas finanças desorganizadas pelo inimigo com introdução de “moedas de ocupação” e com requisição de tudo quanto aproveita às tropas de ocupação. Os vencidos são obrigados a pesadas dívidas de guerra, que agravam suas obrigações internacionais, muitas vezes já afetadas pela importação de armas e equipamentos militares. E, ao final, a desmobilização vem tornar mais agudo o problema do desemprego, tanto nos países vencidos quanto nos vencedores. Por outro lado, a mão-de-obra procedente dos campos de batalha vem marcada pela neurose e pelas mutilações, concorrendo em situação desfavorável com a que ficou nas retaguardas. Além disto, há uma apreciável massa de inválidos, que vem tornar mais difícil a situação econômica, pois se constitui numa categoria de consumidores inteiramente improdutivos.

A I Guerra Mundial teve como conseqüência relevante o surgimento de sistemas de economia dirigida, com o Estado assumindo de modo mais enérgico o controle das atividades produtivas, estendendo o monopólio a vários campos de produção e, em alguns casos, até da distribuição de bens e serviços. Salientaram como padrões desse tipo de Estado intervencionista o fascismo e o socialismo soviético, difundido este muito mais depois da II Guerra Mundial. Economia dirigida implica redução ou até mesmo supressão da iniciativa privada no campo econômico, o que enseja a extensão do controle do Estado a outros setores da atividade humana. Assim, pode-se dizer que a guerra tem como

conseqüência uma geral ampliação dos poderes do Estado e uma recíproca redução das franquias individuais.

Mas, a guerra, porque é uma grande devoradora de bens de consumo e muito exigente quanto à eficiência dos homens em ação, acaba por incentivar a criatividade e estimular a pesquisa, visando a tornar menos difícil a assistência aos combatentes, mais rápido o deslocamento das tropas, mais eficazes as operações militares. Essa exigência atinge todos os setores da atividade técnica e científica, que se mobilizam para fins militares com mais intensidade e rigor. Disto resultam inventos e descobertas, que, mais tarde, vão ser aproveitados nas atividades pacíficas. Exemplos são numerosos, mas, lembremos o aparecimento do leite condensado durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, dos alimentos desidratados, ou liofilizados, e certos tipos de veículos adaptáveis a terrenos acidentados, como o "jeep", durante a II Guerra Mundial, hoje de largo emprego no meio rural.

Cita-se ainda como exemplo de conseqüência benéfica da II Guerra Mundial a modernização repentina do parque industrial da Alemanha Ocidental, que, logo após o término do conflito, aproveitou projetos que aguardavam oportunidade para execução. E, quando se supunha que a Alemanha, a Itália e o Japão, vencidos pelas potências aliadas, sucumbiriam economicamente, eis que vieram a ser participantes, em poucos anos, do grupo dos mais ricos, ombreando hoje com os adversários de ontem.

Por causa desses aspectos econômicos positivos da guerra, antes de sua deflagração e depois de ensarilhadas as armas, é que não faltam aqueles que a estimam e vêem nela um fator de progresso no mais amplo sentido. Os danos, dizem seus apologistas, são transitórios, enquanto os benefícios são conquistas definitivas do progresso e têm alta relevância social.

3.3 Política — As mais antigas conseqüências políticas da guerra, de que temos notícias, são as de natureza territorial. Os mapas do mundo vêm sendo alterados desde a Antigüidade pelas guerras, pois os vencedores sempre cobraram aos vencidos o preço das vitórias em termos de incorporação de terras. Muitas vezes, países inteiros foram absorvidos, Estados destruídos pelo inimigo vencedor. Reinos e impérios desapareceram, incorporados a outros e nações tiveram seus nomes apagados dos mapas do mundo em conseqüência de guerras. Por outro lado, as guerras de independência deram origem a outros Estados e fizeram nascer novas nacionalidades. Quem passa os olhos pelos mapas da Europa, por exemplo, vêm como mudaram as fronteiras nestes últimos mil anos, naquele Continente. Quem contemple o mapa da África de após a II Guerra Mundial, vê um grande número de novos Estados, que surgiram em decorrência dela. No Oriente asiático ocorreram mudanças relevantes nos

quadros da Geografia política. Tivemos que reaprender nesse setor de conhecimento, como antes tiveram nossos antepassados de reaprender, quando o Continente Americano começou a emancipar-se, oferecendo ao mundo novas unidades políticas soberanas, sempre resultantes de guerras movidas contra as metrópoles.

Não é só no que tange aos territórios, nem à formação e desaparecimento de Estados que a guerra influi, alterando a face do mundo. Também no que diz respeito às instituições políticas.

Durante as guerras, o poder do Estado tem-se acentuado como necessidade indiscutível. Torna-se mais rígida a autoridade para que possa exercer maior controle da sociedade empenhada no conflito armado. Acentua-se a vigilância a fim de evitar que o inimigo penetre as retaguardas pela espionagem e a sabotagem. A idéia de segurança torna-se mais severa. O já citado Orestes ARAÚJO escreveu em seu livro referido: "O aumento do poder do Estado tem constituído um fato invariável desde a guerra de 1914, geralmente traduzido em aumento do poder dos órgãos executivos. Enquanto que nos regimes democráticos ele se aguça ao ter início a guerra, nos sistemas autoritários esse processo de concentração do poder evolui no sentido da implantação de ditaduras. A rapidez e o segredo das decisões, bem como o conhecimento técnico das soluções, explicam e justificam fartamente a abdicação de muitos princípios". Passada a fase bélica, os órgãos que concentraram poderes não se dispõem a abrir mão deles, enquanto o povo, acostumado aos rigores do período, acaba por acomodar-se. Muitas vezes, ainda que inconformado, fica inerte diante do sistema de poder instituído, ou, quando reage, é a duras penas que reconquista as franquias perdidas. A ascensão da classe militar na vida política tem sido obra constante das guerras. A aristocracia européia, formada durante a Idade Média, era composta de guerreiros ilustres, que tinham como prêmio de seus feitos o domínio de vastas porções de terras e uma titulação nobiliárquica. O mesmo ocorreu no Japão medieval. A guerra do Paraguai acentuou o prestígio da classe militar brasileira e conduziu-a à proclamação da República. Depois da I Guerra Mundial, essa mesma classe, no Brasil, retomou suas atividades políticas. As revoluções de 1922, 1930 e 1932 são nítidas manifestações dessa ascensão política. Ao amparo de conspícuos chefes militares, instalou-se em 1937 o Estado Novo, de forte colorido autoritário. A II Guerra Mundial, da qual as forças militares brasileiras participaram com denodo e eficiência, acentuou-lhes ainda mais o prestígio, a ponto de termos eminentes oficiais-generais disputando a Presidência da República, nas primeiras eleições que se seguiram àquele conflito. A presença militar na política brasileira manteve-se constante até nossos dias, acentuando-se de modo singular a partir de 1964. A Escola Superior de Guerra é uma instituição onde políticos e industriais, comerciantes e intelectuais, professores e cientistas

aprendem doutrinas em que há uma forte preocupação com a segurança interna e externa do País. A atual Constituição brasileira chegou a definir a segurança nacional como um dever de cada um dos brasileiros, mostrando até que ponto temos os olhos voltados para a hipótese de uma guerra. A própria noção de guerra, que hoje aprendemos, não se contém nos clássicos limites. Não é mais uma luta armada entre dois ou mais Estados. Fala-se de guerra psicológica, de guerra subversiva. Há um estado de guerra latente em todo o mundo sob a denominação de "guerra fria", uma guerra que não se deflagrou, mas que está presente em manobras estratégicas, na busca de alianças políticas, econômicas e militares, no estabelecimento de bases militares, na aspereza das declarações de chefes de Estado ou de Governo. Todo esse clima psicológico contribui para que o poder político seja cada vez mais centralizado, para que as franquias democráticas se reduzam, para que o Estado se agigante e estenda seu domínio a áreas outrora entregues à atividade privada. O fenômeno atinge o mundo inteiro, não escapando a ele nações como os Estados Unidos, onde hoje há uma acentuada influência do poder militar sobre o mundo político e econômico. O que aconteceu na antigüidade romana, por motivo das constantes guerras, que deram aos chefes militares amplo prestígio, acontece no mundo de hoje.

Não é só nesse processo de reforço do Executivo e de enfraquecimento do Legislativo, nem é só nessa ascendência da classe militar que têm consistido os efeitos das últimas Guerras Mundiais. Na própria reformulação estrutural do Estado têm-se verificado esses efeitos, e, mais do que nisso, na conceituação mesma do Estado e no seu comportamento em face do indivíduo e da sociedade. Depois da I Guerra Mundial, o mundo assistiu a uma sensível mudança na conceituação, na estrutura e no comportamento do Estado, que abandonou paulatinamente o liberalismo econômico-social para, sob a influência das idéias marxistas e da doutrina social da Igreja Católica, adotar modelo de Estado socialista ou de Estado social. Do primeiro modelo é exemplo o Estado soviético, e, do segundo, o Estado alemão resultante da Constituição de Weimar de 1919. Um terceiro modelo foi o criado pelo fascismo italiano, que se difundiu pela Alemanha, Espanha e Portugal, influenciando a Turquia, o Estado Novo brasileiro de 1937, o argentino de Juan Domingo Perón e outros menos expressivos. Depois da II Guerra Mundial, acentuou-se essa tendência, ampliando-se o número de Estados socialistas de inspiração soviética e Estados sociais inspirados no modelo de Weimar, enquanto os de modelo fascista desapareceram em alguns anos.

Essas mudanças não afetaram apenas os aspectos políticos e sócio-econômicos, mas atingiram igualmente o direito privado de modo sensível como decorrência das mesmas idéias já indicadas e das tendências das sociedades de após-guerra. É que a guerra, afetando o estado psicológico dos povos, leva-os a uma revisão dos valores estabelecidos e à

exigência de padrões diferentes com repercussão imediata nas instituições jurídicas de modo geral.

3.4. Militares. As conseqüências militares também podem ser catalogadas em dois grupos e distribuídas em três fases. São positivas e negativas e ocorrem antes, durante e depois do conflito.

Antes de sua deflagração, a guerra já influi no teor das forças armadas. É necessário criar um tipo de homem dotado de psicologia própria e adequada à missão que lhe poderá ser entregue a qualquer momento. Essa preparação exige não só a permanência de instituições de ensino especializado como uma didática e uma técnica de ensino apropriadas. Essa formação especial, regularmente ministrada em estabelecimentos a isso destinados, alterou a fisionomia do soldado: o antigo mercenário, que servia a qualquer rei, foi substituído por um homem comprometido exclusivamente com determinada nação e que luta não por interesse econômico imediato, mas, pela defesa de uma comunidade nacional, à qual se sente vinculado histórica e socialmente. Forma-se um profissional, e, como toda profissão, a das armas exige, daquele que a ela se dedica, padrões de comportamento especiais e a aquisição de conhecimentos técnicos especializados, que se vão sofisticando à medida que a arte da guerra passa por modificações decorrentes de novas descobertas científicas e de novos inventos. Fala-se de um **espírito militar**, que define o homem das armas, como se fala de um **espírito jurídico**, que define aqueles que lidam com o Direito. É o selo, que a formação profissional imprime em cada um, do que resulta um comportamento particular do homem em face da vida e da sociedade. A existência de uma categoria profissional permanente, definida por alguns caracteres próprios, é a primeira conseqüência da guerra, antes de que ela deflagre.

A manutenção de forças armadas regulares e permanentes, comprometidas com a segurança nacional, cuidadosamente preparadas para a eventualidade da guerra, é regra geral no mundo contemporâneo. A formação de uma consciência militar, vinculada imediatamente à idéia da defesa externa, é hoje indispensável em todos os países. Há uma educação para a guerra em toda parte, para a guerra que não se deseja nunca, e que é, no entanto, uma hipótese a considerar e para a qual todos devem estar preparados técnica e psicologicamente.

Dentre as conseqüências positivas da guerra, no campo militar, salientam o aperfeiçoamento material, o desenvolvimento técnico e científico, já apontados, com finalidades militares imediatas, tanto antes do conflito armado, quanto durante e depois dele. Por outro lado, a formação do soldado, tendo como um de seus objetivos dotá-lo do espírito de camaradagem e de solidariedade de classe, intensifica o culto de algumas virtudes individuais, tais como a lealdade, a coragem moral e física, o senso

de reciprocidade, o hábito de ação conjunta, a noção de ordem, de disciplina e de hierarquia de funções — virtudes essas que se aproveitam na vida civil, depois da desmobilização.

Dentre as conseqüências negativas, anotamos, em primeiro lugar, as baixas ocorridas nas fileiras com a morte e a mutilação de combatentes, assim como as perturbações psíquicas, frutos do terrível impacto que a morte e as deformações dos companheiros de armas opera nos espíritos menos robustos. As diversas modalidades de neuroses de guerra constituem problemas muito sérios, não só no curso da ação bélica, ensejando atos de cobardia, deserção e outros, como no pós-guerra, com a inutilização, muitas vezes definitiva, de ex-combatentes, tanto para a vida militar quanto para a civil.

3.5. Psicossociais. A começar pelas suas conseqüências biológicas, a guerra é um mal que tem atingido profundamente a espécie humana. Ao contrário do que pretendem os partidários dela como seleção natural, o que ocorre é o que Alceu AMOROSO LIMA chamou com propriedade de “seleção às avessas”, o que lembra a expressão “seleção negativa”, usada por Lothrop STODDARD, na obra “A rebeldia da civilização”, citada por SILVA MELLO. Afirma-se que é a vitória dos mais fortes, mas, as condições em que esses mais fortes voltam dos campos de batalha nem sempre são de molde que permita continuem a ser o que eram antes.

A guerra recruta o que há de mais saudável biologicamente na sociedade. É a flor da mocidade que se lança nos campos de batalha. São precisamente os mais aptos fisicamente, os mais bem dotados para a vida, que ela exige. E os destrói ou mutila, elimina ou inutiliza. Não se aceitam os velhos, os decrepitos, os doentes físicos e mentais. Nem os delinquentes. Reclama a parte biologicamente mais sadia da sociedade para adoecê-la, ou exterminá-la. Bertrand RUSSELL afirma que a guerra moderna “não tem sido mais destrutiva da vida humana do que as guerras de épocas menos científicas, pois o crescente efeito mortal das armas tem sido superado pelos progressos no campo da medicina e da higiene”. E, após referir os danos oriundos das pestes, das epidemias, que se seguiram às guerras antigas e mesmo durante elas, faz esta afirmação: “Todavia, em outros sentidos, os males da guerra aumentaram muito”.

Realmente, se a guerra moderna não tem o triste condão de trazer no seu rastro as epidemias, que se encarregavam de completar a destruição operada pelas guerras antigas, traz as neuroses a grande número de ex-combatentes, lança na sociedade numerosos desajustados físicos e mentais, em grande parte inúteis para a vida social.

O índice de criminalidade, resultante dos traumatismos psíquicos impostos pela guerra, aumentou em todos os países envolvidos nos últimos conflitos, como revelam as estatísticas. Já havia acontecido tal

fenômeno no século passado. O prof. Roberto AGRAMONTE recorda que, por efeito das guerras austro-prussianas e franco-prussianas, a criminalidade diminuiu nos países vencedores, mas aumentou nos vencidos. E assinala: “os delitos decrescem porque muitos criminosos em potencial se alistam e encontram na guerra o modo de satisfazerem, em forma de heroísmo, os seus instintos homicidas. Terminada a guerra, o delito costuma de novo aumentar, como ocorreu na França e na Alemanha depois de terminada a guerra de 70”. Dados recolhidos pelo prof. Hans Von HENTIG, mais recentemente, ratificam e esclarecem estas afirmações. Em 1912, segundo ele, a delinqüência feminina na Alemanha era de 19 para 100 delitos de autores masculinos; esse número, que decrescera em 1913, aumentou a partir de 1914, tendo atingido em 1919, ano agudo da guerra, a proporção de 59,9 para 100. Nos Estados Unidos, a delinqüência feminina aumentou fortemente nos anos de guerra: de 7,6 para 100 em 1939, chegou a 20,6 para 100 em 1944. Foram principalmente furtos e roubos, falsificações e fraudes, lesões corporais graves e homicídios, estes com índice quase igual ao do furto. O mesmo Von HENTIG informa que os delitos femininos na Alemanha contra a propriedade haviam aumentado até a culminação da guerra por causa da falta de dinheiro, de alimentos e de roupas. Na Inglaterra, ocorria fenômeno semelhante. A guerra trazia a miséria, que provocava a desorganização mental das populações. Ainda segundo o mesmo professor de Kansas City, um dos mais graves problemas da guerra é a delinqüência juvenil, devida à falta de supervisão dos pais: enquanto o pai estava no campo de batalha, a mãe estava numa fábrica de material bélico. Por outro lado, a propaganda de guerra enche o cérebro dos jovens de emoções e imagens, que, em tempo de paz lhes são evitadas, como as cenas violentas dos campos de batalha, que endurecem o espírito imaturo da juventude. Essa criminalidade juvenil, expressa em furtos, roubos e outras formas de exuberância e fantasia, segundo o mesmo autor, que nos fala da larga corrupção dos costumes juvenis ocorrida nos Estados Unidos ao tempo da última conflagração mundial. Isto, durante o desenrolar do conflito. No pós-guerra, às populações sacrificadas pela fome e pelo desconforto, irritadas pelas privações e pelos bombardeios, vêm juntar-se os soldados desmobilizados, com a mente ainda mais violentada pelas vicissitudes próprias das frentes de combate: são neuróticos, mutilados de todo gênero, lançados no meio social à cata de emprego, que não encontram, em busca de tranqüilidade, que não acham, em demanda da família, que não existe mais. Esses desgraçados, em grande parte, encaminham-se ao vício e ao crime. O autor de um livro sobre a vida nas prisões americanas, citado por Von HENTIG, sublinhava que, dos homens confinados na penitenciária de San Quentin, uma grande porcentagem era constituída de ex-soldados, cujos corpos foram salvos, mas cujos espíritos foram muito maltratados, homens que serão problemas sociais para o resto da vida. No mesmo sentido é o depoimento do Diretor da prisão de Sing

Sing: em 1928, mais de vinte por cento dos encarcerados naquela penitenciária tinha estado na guerra. Muitos haviam sido condecorados por atos de bravura e heroísmo. Na França, em 1945, o número de assaltos foi 15 vezes superior ao de 1939. No Rio de Janeiro, o número de crimes em 1947 foi superior ao de 1942 em 2.050. O professor PACHECO e SILVA explica deste modo esse fenômeno: “as últimas guerras, com todos os seus horrores, o emprego de poderosas máquinas de destruição humana, que espalham a morte por toda parte, o bombardeio aéreo de cidades abertas, o emprego de gases asfixiantes, as restrições alimentares, as privações e o êxodo de grandes massas, os quadros pungentes que se deparam, não só nas frentes de batalha, como na retaguarda, não podem deixar de atuar sobre o sistema nervoso, rompendo o equilíbrio instável dos predispostos, agindo sobre o espírito das mulheres e das crianças, cujo grau de impressionabilidade é maior. Diz ainda esse ilustre mestre da Universidade de São Paulo: “As armas psicológicas, que o povo denomina, acertadamente, ‘guerra de nervos’, compreendem uma série de meios cuja finalidade principal consiste em procurar desintegrar o espírito humano, em abater as mentalidades frágeis, em sugestionar os emotivos, em desgastar a energia dos fortes, em minar a resistência moral, em difundir o desânimo e o desalento, de forma que incuta o medo mórbido, que se propaga facilmente a toda a coletividade, gerando o estado de pânico, verdadeira psicose coletiva, cujos efeitos são os mais desastrosos possíveis”.

O capítulo final do magistral livro do professor Pacheco e SILVA, aqui usado, é uma demonstração impressionante de como a guerra, com o requintado processo de seleção dos combatentes, do ponto de vista da saúde física e mental, exige o sacrifício do que há de mais útil à sociedade, reforçando a tese contrária à dos que entendem ser ela uma seleção natural para sustentar que ela é, na verdade, uma “seleção às avessas”.

4. Conclusão

Do quanto aqui se disse, resulta que a guerra, ao mesmo tempo em que produz alguns benefícios de ordem material, estimulando o progresso técnico e científico, mantendo um grande número de empregos, incentivando a produção de bens de consumo e desenvolvendo algumas virtudes morais, traz à sociedade humana danos irreparáveis. É danosa do ponto de vista biológico pela destruição dos mais sadios elementos da sociedade. É danosa do ponto de vista moral, porque traz consigo a corrupção dos costumes. É danosa do ponto de vista econômico, porque destrói recursos que poderiam empregar-se para a felicidade do gênero humano, para a eliminação da miséria, da doença e da ignorância. Mata, mutila, desmoraliza, enlouquece, traz a miséria, desarticula a economia, vicia os orçamentos públicos, sobrecarrega as populações com encargos

financeiros destinados à manutenção de forças armadas e cujos gastos, se revertidos aos cuidados com a saúde e com a educação dos povos e ao incentivo da produção para fins pacíficos, produziriam um alto grau de felicidade na terra. Tem razão Bertrand RUSSELL, quando afirma que a guerra pôs a perder grande parte da liberdade ameaçando-a de extinção. Se as duas últimas guerras mundiais possibilitaram a emancipação de numerosos povos, não se pode negar que, por outro lado criou problemas graves, ainda não resolvidos, como a divisão da Alemanha em dois Estados, a ocupação dos países vencidos que já vai para quarenta anos, o estabelecimento de uma política internacional marcada pela chamada bipolaridade, o agravamento das divergências entre o Oriente social-marxista e o Ocidente liberal-democrático e outros. A liberdade, que o mundo ocidental desfrutava antes da primeira Guerra Mundial, sofreu, depois dela, as primeiras restrições com o advento do fascismo italiano e o comunismo russo. A segunda, levando à extinção os regimes fascistas, fortificou o comunismo, que se expandiu pela Europa e pelo Oriente, aniquilando, por toda parte onde se instalou, as liberdades fundamentais do ser humano. Sob a inspiração desses regimes totalitários, o próprio Estado liberal adotou medidas restritivas das liberdades individuais e acentuou a força do Poder Executivo, diminuindo as prerrogativas do Legislativo, tudo em nome de uma discutível doutrina de segurança nacional, de inspiração nitidamente castrense, como se ainda estivéssemos todos em guerra. Agigantaram-se as prerrogativas do Estado contra o cidadão, sobre quem pairam ameaças de um mais rígido controle. Tudo isso são conseqüências de duas guerras mundiais, que alteraram profundamente a face da civilização. A desconfiança internacional acentuou-se e produz a cada instante seus amargos frutos nas relações entre os povos. Problemas aparentemente simples complicaram-se de tal modo, que se transformaram em jogo tormentoso de palavras, que vão e vêm e cada vez mais ininteligíveis se tornam. Há uma inquietação universal, fruto de uma guerra que parece não ter chegado ao fim e que ameaça reabrir o pano para mais um ato dessa tragédia.

A par de tantos males — e talvez por força deles mesmos —, a guerra tem impellido os Estados ao trabalho acelerado no sentido do aperfeiçoamento de suas relações externas, visando à paz, e os juristas do mundo inteiro ao enriquecimento do Direito Internacional. Porque, assim como em conseqüência do crime surgiu o Direito Penal, em conseqüência da guerra nasceu o Direito Internacional. A primeira grande obra sobre esta disciplina jurídica trouxe o nome **guerra** no seu título e desta se ocupou longamente: foi o “De jure belli ac pacis”, de Hugo Grócio.

Todos os fenômenos sociais relevantes têm produzido um direito próprio, que avulta com o correr das idades, à medida que adquire importância e se tornam mais complexos. Assim ocorreu com a família, a propriedade, o trabalho, o comércio, o crime, a guerra. As normas

jurídicas, em geral, exceto as que se destinam ao crime e à guerra, visam à manutenção e ao aperfeiçoamento desses fenômenos sociais. As destinadas ao crime e à guerra, porém, têm por escopo o seu banimento da face da terra, ou quando isto não seja possível, a minimização dos seus efeitos danosos na sociedade.

No que respeita à guerra, além de medidas políticas, como a criação de organismos internacionais, como as Nações Unidas e suas agências especializadas, que trabalham incessantemente no sentido de encontrar meios para harmonizar os interesses em conflito, instrumentos jurídicos têm sido elaborados para eliminar-lhe os efeitos maléficos, ou, ao menos, para minorá-los.

As instruções do Governo de Washington, elaboradas por LIEBER para uso dos exércitos em campanha, durante a Guerra de Secessão, foram a base de numerosas convenções destinadas a disciplinar a guerra terrestre e marítima. A abolição do corso, a liberação das mercadorias inimigas navegando sob bandeira neutra e as neutras em tráfego sob pavilhão inimigo; a regulamentação do bloqueio; o trato de enfermos e feridos em campanha; o dos náufragos de guerra; a regulamentação da guerra marítima, envolvendo a captura, o regime dos navios mercantes inimigos no início das hostilidades e a transformação de navios mercantes em vasos de guerra, e o uso de minas submarinas; a neutralidade; a limitação do peso dos projéteis explosivos; o lançamento de explosivos de balões; o emprego de gases letais e métodos bacteriológicos; o tratamento de prisioneiros de guerra; a proteção das pessoas civis em tempo de guerra — eis algumas providências de natureza jurídica, que se tomaram, através de tratados e convenções internacionais, sempre modificadas e adaptadas aos novos tempos, todas com o objetivo de restringir os efeitos da guerra.

Estas medidas jurídicas e mais aquelas que figuram na Carta das Nações Unidas, que visam a evitar a guerra ou a pôr-lhe fim, representam um honroso esforço dos juristas de todo o mundo e exprimem resultados positivos da presença da guerra, como as leis penais significam o lado positivo da presença do crime na sociedade.

Não há dúvida de que muito mais desejável seria a ausência total e definitiva da guerra. É o sonho de muitos. Sonho de distante concretização. Para outros muitos, sonho irrealizável.

Os autores do aqui referido "Report from Iron Mountain", traduzido no Brasil sob o título de "A paz indesejável", considerando as funções econômicas, políticas, sociológicas, ecológicas e culturais que a guerra exerce na sociedade, propuseram-lhe substitutivo, que os governos poderão procurar, visando a afastá-la em definitivo. Os autores do "Relatório" consideraram que a guerra tem exercido na sociedade, além de

uma “função militar visível”, outros cinco: **econômico**, fornecendo “um sistema seguro de estabilização e controle das economias nacionais”; **política**, promovendo “a aceitação geral da autoridade política”, mantendo “as distinções de classes necessárias” e “assegurando a subordinação do cidadão ao Estado, em virtude dos poderes residuais da guerra, inerentes ao conceito de nacionalidade”; **sociológica**, “controlando de maneira indispensável os perigos da dissidência social, e as tendências anti-sociais destrutivas”, assegurando a “sujeição social” e garantindo “o grau de coesão social necessário à viabilidade das nações”; **ecológica**, mantendo “um equilíbrio ecológico satisfatório entre a população humana e os víveres disponíveis para sua sobrevivência”; **cultural e científica**, determinando os “padrões básicos de valor das artes criativas” e motivando de modo fundamental o “progresso científico e tecnológico”.

Por estas razões, entenderam os participantes do grupo de Iron Mountain que a supressão da guerra é inconveniente, a menos que a possamos substituir por algumas atividades, igualmente eficazes para a manutenção dessas funções relevantes, que ela desempenha na sociedade humana. Tais atividades seriam as seguintes, entre outras: **econômicas** — realização de gastos “de recursos em objetivos completamente não produtivos num nível comparável aos gastos militares”, o que se faria sob “controle político arbitrário”; por exemplo: “um gigantesco e ilimitado programa de pesquisa espacial, com base em alvos inatingíveis”; **políticas** — fazer “pressupor uma ameaça externa generalizada, de natureza e grau suficientes para exigir a organização e aceitação da autoridade política”; por exemplo: “uma ameaça externa estabelecida e reconhecida; poluição ambiental global maciça; inimigos substitutivos fictícios”; **sociológicas** — desenvolvimento de “novas instituições que controlem, efetivamente, os segmentos socialmente destrutivos da sociedade”; geração de “um medo de destruição pessoal onipresente e prontamente entendido”; por exemplo: “uma forma moderna e sofisticada de escravidão”; “poluição ambiental intensificada”; “novas religiões; ou outras mitologias”; “jogos sangrentos socialmente orientados”; **ecológicas** — estabelecimento do controle demográfico, que assegure a sobrevivência da espécie “em termos de sua relação com o suprimento ambiental”; por exemplo: “um programa amplo de eugenia aplicada”, compreendendo a limitação compulsória da natalidade das populações pobres, esterilização obrigatória de pessoas eugenicamente fracas, de alcoólatras e toxicômanos, difusão de processos anticonceptivos, legalização do aborto; **científicas** — “adoção de um gigantesco programa de pesquisa espacial” ou de “um programa de controle eugênico”.

Eis a que chegou a sociedade humana diante das conseqüências da guerra, considerada “a principal base de organização sobre a qual todas as sociedades modernas estão construídas”, na fria conclusão desse curioso

e estranho Grupo de Iron Moutain. E agora, advertidos por esse inquietante "Relatório", se nos pusermos a confrontá-lo com o noticiário cotidiano dos meios de comunicação, haveremos de perceber, sem nenhuma dificuldade, que todas as suas propostas estão em curso, tanto no campo econômico quanto no político, no sociológico quanto no ecológico e no científico. E estão em curso tanto no mundo capitalista quanto no mundo socialista, entre os povos superdesenvolvidos e entre os subdesenvolvidos.

A indagação que fica, no entanto, é esta: serão as medidas propostas preferíveis à guerra? Algumas possivelmente.

*